



**Coordenadoria de Tarifas e Estudos  
Econômicos Financeiros - CT**

**PARECER TÉCNICO CT Nº 04/2010**

**REFERÊNCIA:** PROCESSO ARPE DP Nº 17/10, DE 03/06/2010.

**INTERESSADO:** COMPESA - COMPANHIA PERNAMBUCANA  
DE SANEAMENTO

**ASSUNTO:** REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DA TARIFA DE  
ÁGUA A SER COBRADA AOS USUÁRIOS  
ENQUADRADOS NA SUBCATEGORIA TARIFA  
SOCIAL

Recife, 11 de junho de 2010.

## **1. DA SOLICITAÇÃO**

A Diretoria Comercial e de Atendimento da Companhia Pernambucana de saneamento - COMPESA encaminhou a esta Agência de Regulação, a Carta CT/COMPASA/DCA nº 323/2010, datada de 02/06/2010, que constituiu o **Processo ARPE DP 17/10, de 03/06/2010**, solicitando a revisão extraordinária do valor da **Tarifa Social de R\$ 8,56 (oito reais e cinquenta e seis centavos) para R\$ 5,00 (cinco reais), a partir de julho de 2010**, conforme Resolução do Conselho de Administração da COMPESA.

A Concessionária fundamenta a referida solicitação nas disposições do artigo 64 do Decreto 18.251/1994, e no reflexo produzido pela redução das tarifas de energia nas Despesas de Exploração, no valor médio de (-) 8,87% (oito inteiros e oitenta e sete centésimos por cento), resultando em **R\$ 5.747.000,00 (cinco milhões setecentos e quarenta e sete mil reais) no ano de 2010**.

Foram anexados à Carta da COMPESA os seguintes documentos:

- a) Ata da Sexta Reunião do Conselho de Administração da COMPESA;
- b) Encaminhamento de Assunto à Deliberação do Conselho de Administração – EACAD N 01;
- c) Memória da Décima Quinta Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL;
- d) Resolução Homologatória da ANEEL nº 973, de 27 de abril de 2010, e Nota Técnica nº 129/2010-SRE/ANEEL, de 19 de abril de 2010, sobre as tarifas de energia para a CELPE;
- e) Demonstrativo da redução das despesas com energia elétrica na COMPESA;
- f) Demonstrativo do crescimento dos Clientes na Companhia;
- g) Análise comparativa dos cenários 1 e 2 do Faturamento x arrecadação projetado para a Categoria Tarifa Social, no período de jan/10 a dez/10;
- h) Demonstrativo numérico e gráfico do Faturamento x Arrecadação da Companhia.

## **2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- **Lei Estadual no 12.524, de 30 de dezembro de 2003**

Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual.

§1º A atividade reguladora da ARPE deverá ser exercida, em especial, nas seguintes áreas:

I - saneamento;

...

Art. 4º Compete ainda à ARPE:

I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas.

- **Decreto Estadual nº 18.251, de 21 de dezembro de 1994, com alterações introduzidas pelo Decreto Estadual nº 33.354, de 29 de abril de 2009, pelo Decreto Estadual nº 33.912, de 15 de setembro de 2009, e pelo Decreto Estadual nº 34.028, de 14 de outubro de 2009, nos artigos 11, 43, 44, 53, 64, 77 e 81 do Regulamento Geral do Fornecimento de Água e Coleta de Esgotos realizados pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.**

Art. 48 O fornecimento de água e a coleta de esgotos serão remunerados sob forma de tarifas de acordo com a estrutura tarifária da COMPESA.

Parágrafo Único - A estrutura tarifária representa a distribuição de tarifas por faixa de consumo e volume esgotado, com vistas à obtenção de uma tarifa média, de forma a compatibilizar os aspectos econômicos com os objetivos sociais.

...

Art. 64. Compete a ARPE fixar, reajustar, revisar e homologar as tarifas de fornecimento de água e coleta de esgotos, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços:

...

II – as revisões das tarifas serão quadrienais, e compreenderá a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

- **Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**

Art. 22. São objetivos da regulação:

...

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

...

Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

### **3. DA ANÁLISE REALIZADA PELA COORDENADORIA DE TARIFAS**

Para a análise da solicitação encaminhada pela COMPESA esta Coordenadoria adotou os seguintes enfoques:

- a) consistência da projeção de despesas com energia no período junho/2010 a dezembro/2010, a partir da avaliação dos critérios empregados na estimativa do consumo (kWh), para os grupos tensão (B, A4 e A3), bem como da conferência dos valores realizados para o período de tarifário anterior (junho/2009 a maio/2010);
- b) consistência da projeção do faturamento da subcategoria tarifa social, avaliando os critérios empregados na estimativa do número de consumidores, e conferindo o cálculo dos valores estimados para os faturamentos do período julho a dezembro/2010.

#### **3.1. PROJEÇÃO DA DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA**

A projeção de despesa com energia elétrica apresentada pela COMPESA consistiu nos seguintes documentos:

- a) Tabelas Tarifárias de Energia Elétrica homologadas pela ANEEL nas Resoluções de nº 815, de 28 de abril de 2009, e nº 973, de 27 de abril de 2010;
- b) Estudo da Variação nas Tarifas CELPE 2009 x 2010 para os grupos: Baixa Tensão (BT), Alta Tensão Convencional (ATC-A4), Alta Tensão Horo-sazonal Azul (THA-A4), Alta Tensão Horo-sazonal Verde (THV-A4), e Alta Tensão Horo-sazonal Azul (THA-A3);
- c) Distribuição do Percentual dos Custos por Modalidade Tarifária na Conta de Energia Elétrica da COMPESA, para março/2010;
- d) Planilha de Aplicação da Redução Tarifária sobre as Faturas de Energia Elétrica da COMPESA, a partir do Demonstrativo do consumo e das despesas com energia realizadas no período de junho/2009 a maio/2010.

Para estimar o percentual médio de redução dos custos com energia nas classes BT (380 V), A4 (13,8 kV) e A3 (69 kV), a COMPESA utilizou a participação percentual verificada nas despesas do mês de março de 2010 e chegou aos valores indicados, a seguir, no Quadro 1.

**Quadro 1 – Redução do Custo de Energia conforme o perfil de Consumo da COMPESA**

<b>Grupo de Tensão</b>	<b>Distribuição do Custo de Energia em março/2010 (%)</b>	<b>Redução Média da Conta de Energia (%)</b>	
<b>BT</b>	6,82	- 8,86	
<b>ATC - A4</b>	25,82	- 7,64	-6,90
<b>THA - A4</b>	19,87	- 6,36	
<b>THV - A4</b>	34,26	- 6,65	
<b>THA - A3</b>	13,23	- 5,31	
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>- 6,82</b>	

Em seguida, a COMPESA realizou a **Projeção das Despesas com Energia para o período de junho/2010 a maio/2011**, com base nas seguintes premissas:

- Manutenção do mesmo do valor do consumo de energia verificado no período imediatamente anterior, não contemplando, dessa forma, o crescimento decorrente da entrada em operação das novas obras.
- Cálculo dos valores mensais das despesas com energia por grupo de consumo com base nos valores médios (R\$/kWh) apurados conforme redução tarifária apresentada no Quadro 1. Dessa forma, foi obtida uma redução estimada para as despesas com energia no período de junho/2010 a maio/2011 de **R\$ 10.788.756,34 (dez milhões setecentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos)**.
- Foi estimado o impacto da aplicação da tarifa reduzida de energia nas contas da COMPESA entre meados de junho/2010 e dezembro/2010, aplicando sobre a redução do período total, um fator de proporcionalidade equivalente a 6,5 meses, chegando a uma projeção de **R\$ 5.843.909,68 (cinco milhões oitocentos e quarenta e três mil novecentos e nove reais e sessenta e oito centavos)** (v. Tabela Fls. 65 e 66 do Processo ARPE DP nº 17/10)

Para efeito de comparação, verifica-se que a estimativa da redução da despesa de energia elétrica em 2010, computando-se as diferenças apresentadas diretamente nas tabelas encaminhadas pela Concessionária (Fls. 65 do Processo ARPE DP nº 17/10), apresenta os valores constantes no Quadro 2. Essa projeção guarda mais compatibilidade com a realidade prevista, uma vez que considerando uma concentração de 93% das despesas de energia da COMPESA no grupo A, a sua redução, na prática, já deverá se refletir quase que integralmente no mês de junho de 2010.

**Quadro 2 – Estimativa da Redução da Despesa com Energia em 2010**

Mês/Ano	Despesa com Energia (R\$)		Diferença (R\$)
	Tarifa Anterior	Tarifa Reduzida	
Junho/10	12.263.341,17	11.425.832,29	837.508,88
Julho/10	13.050.055,54	12.158.359,22	891.696,32
Agosto/10	13.648.081,16	12.716.277,54	931.803,62
Setembro/10	13.290.998,72	12.383.320,59	907.678,13
Outubro/10	13.855.842,11	12.909.391,44	946.450,67
Novembro/10	13.700.618,10	12.764.851,29	935.766,81
Dezembro/10	13.876.851,65	12.927.448,02	949.403,63
<b>Total</b>	<b>93.685.788,45</b>	<b>87.285.480,39</b>	<b>6.400.308,06</b>

O resultado encontrado, aliado ao fato de que o critério utilizado na estimativa não computou o aumento do consumo decorrente da previsão da entrada das novas obras, aumenta a margem de segurança da COMPESA para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que projeta um valor esperado para a redução das despesas com energia maior do que o considerado na sua decisão.

### **3.2. PROJEÇÃO DO FATURAMENTO DA SUBCATEGORIA TARIFA SOCIAL**

Para aplicar a projeção do faturamento da tarifa social foram apresentadas pela COMPESA as seguintes premissas:

- previsão de crescimento na quantidade de clientes cadastrados na tarifa social de 7,24%, durante o período tarifário de junho/2009 a maio/2010;
- como este crescimento refere-se a um período de 12 meses, tem-se um crescimento médio mensal de 0,61%;

- a partir de maio de 2010 foi aplicado o percentual de 0,61% de crescimento mensal para a quantidade de clientes.

Com base nessas premissas a COMPESA elaborou dois cenários para a projeção do faturamento da subcategoria tarifa social, no período de julho a dezembro de 2010, sendo o primeiro considerando o valor vigente (R\$ 8,56) e o segundo com o novo valor proposto de R\$ 5,00 (cinco reais).

Dessa forma foi encontrada uma diferença a menor de **R\$ 6.199.456,65 (seis milhões cento e noventa e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos)**.

Na análise realizada pela ARPE foi avaliado o crescimento do número de clientes da subcategoria tarifa social, a partir dos dados realizados no período de janeiro a abril de 2010 (v. Quadro 3).

**Quadro 3 – Nº de Clientes para a Subcategoria Tarifa Social - 2010<sup>1</sup>**

Mês/Ano	Nº Clientes
Janeiro/2010	281.446
Fevereiro/2010	280.484
Março/2010	280.621
Abril/2010	280.567
<b>Média</b>	<b>280.779</b>

Os dados disponíveis não confirmaram o crescimento previsto na Revisão Tarifária de 2009, conforme demonstrado a seguir (v. Quadro 4).

**Quadro 4 – Projeção de Clientes da Subcategoria Tarifa Social na RT 2009**

Período	Média Mensal de Clientes		
	Água	Água e Esgoto	Total
jun/2008 a mai/2009	264.019	24.368	<b>288.387</b>
Jun/2009 a mai/2010 (RT-2009)	283.134	26.132	<b>309.266</b>
<b>Crescimento previsto</b>			<b>7,24%</b>

<sup>1</sup> Dados atualizados, em 8 de junho de 2010, pela Diretoria Comercial da COMPESA, por correio eletrônico endereçado ao Diretor de Regulação Econômico-Financeiro da ARPE (Doc. 1).

Conforme se observa, na prática, verificou-se uma redução no número de clientes classificados na Tarifa Social.

Considerando que o crescimento do número de clientes enquadrados na Subcategoria Tarifa Social, projetado para o período de julho a dezembro de 2010, não condiz com a série histórica antecedente, obteve-se uma nova simulação, tomando por base os valores realizados nos quatro primeiros meses deste ano (v. Quadro 5).

**Quadro 5 – Faturamento Projetado para a Subcategoria Tarifa Social**

<b>Mês/Ano</b>	<b>Quantidade de Clientes</b>	<b>Cenário 1 (Tarifa Social de R\$ 8,56)</b>	<b>Cenário 2 (Tarifa Social de R\$ 5,00)</b>
Jul/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
Ago/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
Set/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
Out/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
Nov/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
Dez/10	280.779	2.403.468,24	1.403.895,00
<b>Total</b>		<b>14.420.809,44</b>	<b>8.423.370,00</b>

Dessa forma foi obtida uma diferença de **R\$ 5.997.439,44 (cinco milhões novecentos e noventa e sete mil quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos)**.

Essa estimativa, mais compatível com o comportamento da série histórica do número de clientes enquadrados na Subcategoria Tarifa Social, aumenta a margem de segurança da COMPESA para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, uma vez que projeta um valor esperado para a redução do faturamento menor do que o considerado na sua decisão.

#### **4. CONCLUSÕES**

Por todo o exposto, verifica-se que haverá uma compensação evidente entre os valores estimados para a redução do faturamento dos clientes enquadrados na Subcategoria Tarifa Social com o valor proposto de R\$ 5,00 (cinco reais) e o ganho esperado com a diminuição das despesas com energia.

Nas análises realizadas, projeta-se um valor esperado para a redução das despesas com energia ligeiramente superior à redução do faturamento com a classe Tarifa Social, o que é coerente com o princípio da prudência, em função da decisão estar suportada em valores estimados.

Assim sendo, ao repassar para os seus consumidores a redução do custo de energia, a COMPESA estará abdicando de um benefício financeiro não previsto no seu orçamento original, não provocando, dessa forma, perturbação no seu planejamento financeiro.

Ressalta-se que a redução da Tarifa Social concedida, atendendo a livre manifestação da Concessionária, não deverá lhe conferir direito a nenhuma compensação tarifária no futuro.

É o parecer.

Recife, 11 de junho de 2010.

**Maria Ângela Albuquerque de Freitas**

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros

**Andréa Campos Barbosa**

Técnica Reguladora, matrícula 161-9

Ciente e de acordo.

**Hélio Lopes Carvalho**

Diretor de Regulação Econômico-Financeira